

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

ANEXO III.G – CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO FINAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

1.	DA REVERSÃO DE ATIVOS	3
2.	DA DESMOBILIZAÇÃO.....	5
3.	DA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	5
4.	DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	7
5.	DA TRANSIÇÃO	8

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

O presente ANEXO estabelece as condições fundamentais para a TRANSIÇÃO FINAL dos SERVIÇOS e BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA pela CONCESSIONÁRIA, também contemplando as diretrizes para sua desmobilização e reversão dos bens reversíveis.

1. DA REVERSÃO DE ATIVOS

- 1.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, que tenham sido transferidos ou disponibilizados, nos termos deste CONTRATO, à CONCESSIONÁRIA, ou por esta construídos, implantados ou adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades, devendo ser observadas as regras previstas neste ANEXO.
 - 1.1.1. Os softwares, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho do objeto do CONTRATO, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados para o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO, deverão ter sua licença de uso transferida, sem ônus e em código fechado, ao PODER CONCEDENTE ou à CPTM, ao final da CONCESSÃO, por um prazo não inferior a 5 (cinco) anos.
 - 1.1.2. Os softwares poderão ser licenciados pela CONCESSIONÁRIA em nome da CPTM ou de quem esta indicar no momento da aquisição e/ou criação, para o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO. No caso de direito de uso e não de aquisição, a transferência do direito de uso deverá ser providenciada pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.2. Exceto no caso de indenização cabível em função da extinção antecipada do CONTRATO, a reversão será gratuita, não havendo qualquer valor residual ou cobrança devida em favor da CONCESSIONÁRIA.
 - 1.2.1. O custo com investimentos e outras medidas para garantir as condições adequadas de conservação e funcionamento dos bens reversíveis deverá ser amortizado e depreciado até o término do PRAZO DA CONCESSÃO, não tendo a CONCESSIONÁRIA direito à indenização por esses custos, salvo na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO.
 - 1.2.2. Independentemente da hipótese de extinção do CONTRATO, a reversão será automática por ocasião da extinção da CONCESSÃO, devendo os bens reversíveis ser revertidos em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, tributos, obrigação ou gravame, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena operação dos SERVIÇOS.
- 1.3. Por ocasião da extinção do CONTRATO por decurso de prazo, os bens reversíveis deverão estar em condições de conservação e funcionamento de maneira que reste pelo menos 5

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

(cinco) anos de vida útil após o término da CONCESSÃO.

- 1.3.1. Caso a reversão dos bens reversíveis não ocorra nas condições estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE nos termos dispostos neste ANEXO, devendo a indenização ser calculada conforme a legislação aplicável, sem prejuízo das sanções cabíveis e da execução de eventuais seguros e da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 1.4. Todas as informações sobre os bens reversíveis, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO, a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO, o qual deverá ser entregue, ao final, ao PODER CONCEDENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

2. DA DESMOBILIZAÇÃO

- 2.1 Com 03 (três) anos de antecedência ao termo contratual, ou imediatamente, no caso de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, que deverá prever o procedimento pelo qual será realizada a desmobilização e devida reversão dos BENS INTEGRANTES, sem que ocorra qualquer interrupção na prestação dos serviços.
- 2.2 Anteriormente ao encaminhamento do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá submetê-lo para APROVAÇÃO do AUDITOR INDEPENDENTE, que deverá, dentro do prazo de [--] dias, verificar a sua adequação aos requisitos contidos no item 2.3.
- 2.3 Caso o AUDITOR INDEPENDENTE entenda pela inadequação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de [--] para retificá-lo, conforme diretrizes determinadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE, devendo encaminhá-lo ao PODER CONCEDENTE em seguida.
- 2.4 Deverão estar previstos no PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, no mínimo:
- 2.4.1 Forma de reversão dos BENS INTEGRANTES;
 - 2.4.2 Estado de conservação e manutenção dos BENS INTEGRANTES, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado;
 - 2.4.3 Estado de depreciação dos BENS INTEGRANTES;
 - 2.4.4 Medidas de manutenção, reparações e substituições, a serem realizadas até o termo final do CONTRATO, a fim de assegurar condições adequadas para a reversão dos bens;
 - 2.4.5 Forma de substituição dos funcionários da CONCESSIONÁRIA pelos servidores do PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA; e
 - 2.4.6 Período e forma de capacitação dos servidores do PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA que venham a assumir os SERVIÇOS.
- 2.5 A omissão da CONCESSIONÁRIA na apresentação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO será considerada infração grave, ensejando aplicação à CONCESSIONÁRIA das penalidades cabíveis.

3. DA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO

- 3.1 Em até 02 (dois) anos antes do encerramento da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE formará e supervisionará a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, composta por representantes do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução ou transferência dos BENS INTEGRANTES estabelecidas neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 3.2 Caso, no momento da formação da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto inclua nova concessão das LINHAS objeto desta CONCESSÃO, a SUCESSORA será automaticamente integrada à COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO a partir da data de homologação do processo licitatório.
- 3.3 A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO elaborará, em até 120 (cento e vinte) dias contados da sua constituição, relatório retratando a situação dos BENS INTEGRANTES, propondo ao PODER CONCEDENTE as diretrizes para emissão do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.
- 3.4 O TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO deve ser entregue pelo PODER CONCEDENTE com (18) dezoito meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, descrevendo a situação dos BENS INTEGRANTES e determinando correções ou substituições, bem como indicando pessoal do PODER CONCEDENTE e/ou da SUCESSORA a ser treinado pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.5 As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pelo PODER CONCEDENTE e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.
- 3.6 Tanto em caso de devolução ou transferência dos bens reversíveis, deverão ser observadas as regras previstas no item 1.3 deste ANEXO.
- 3.7 Em caso de transferência dos bens reversíveis, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 3.7.1 A cada 3 (três) meses, a partir da emissão do RELATÓRIO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá elaborar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE o relatório parcial de execução dos trabalhos desenvolvidos, atestando a situação dos BENS INTEGRANTES e verificando o endereçamento das correções e substituições determinadas pelo PODER CONCEDENTE no RELATÓRIO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.
- 3.7.2 Os relatórios deverão também indicar a situação de eventual degradação dos demais bens reversíveis no período avaliado, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar todas as providências necessárias para mantê-los em bom estado de uso, observadas as diretrizes deste ANEXO, com compartilhamento de informação constante com o PODER CONCEDENTE. Caso os relatórios indiquem necessidade de realização de ajustes, o trâmite indicado nos itens acima deve ser repetido.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 3.7.3 Com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá entregar seu relatório final, descrevendo, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, bem como outras informações consideradas relevantes, com um parecer final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.
- 3.7.4 Recebido os relatórios produzidos no âmbito deste ANEXO, o PODER CONCEDENTE deverá instaurar processo administrativo para análise quanto ao seu conteúdo.
- 3.7.5 Entre o período de entrega do relatório a que se refere o item 3.7.3 e o prazo de 2 (dois) meses posteriores ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE emitirá TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO. Se dentro desse período for verificado o atendimento a todos os requisitos previstos neste ANEXO em relação ao estado dos bens reversíveis, o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO informará a regularidade e autorizará a liberação da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 3.7.6 Caso o PODER CONCEDENTE, no prazo estabelecido na cláusula 3.7.5, conclua que a CONCESSIONÁRIA não cumpriu as condições deste ANEXO em relação ao estado dos BENS INTEGRANTES, o PODER CONCEDENTE deverá ser indenizado e poderá acionar a GARANTIA DE EXECUÇÃO fornecida pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.7.6.1 Em caso de transferência dos bens reversíveis, na hipótese em que tenha sido atribuída à SUCESSORA a responsabilidade pela correção de falhas, a indenização devida pela CONCESSIONÁRIA será paga à SUCESSORA e mensurada mediante instauração de processo administrativo próprio, no âmbito do qual a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar.

4. DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO

- 4.1 Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, bem como em face das decisões do PODER CONCEDENTE, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente ao PODER CONCEDENTE, com cópia para os demais membros, em até 15 (quinze) dias do ato questionado, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressalvados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.
- 4.2 As manifestações apresentadas serão analisadas pelo PODER CONCEDENTE em até 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento.
- 4.3 Sem prejuízo do disposto nos itens 4.1 e 4.2 acima, em caso de discordância do PODER CONCEDENTE quanto ao conteúdo dos relatórios da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO as divergências poderão ser dirimidas pelos métodos amigáveis de resolução de conflito previstos no CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 4.3.1 A decisão do PODER CONCEDENTE sobre o inconformismo do(s) membro(s) da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO tem força vinculante para esta, que deverá adotar as medidas determinadas.
- 4.3.2 A validação, pelo PODER CONCEDENTE, dos trabalhos da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições das LINHAS, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO deverá ser tratado conforme disposição contratual da futura concessão.

5. DA TRANSIÇÃO

- 5.1 São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação das LINHAS, bem como para a boa operacionalização de sua transição ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:
 - 5.1.1 Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas nas LINHAS ao longo de toda a CONCESSÃO, cadastro de elementos viários, cadastro de ACESSOS e cadastro da FAIXA DE DOMÍNIO e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou pela agência reguladora competente;
 - 5.1.2 Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
 - 5.1.3 Disponibilizar demais informações sobre a operação das LINHAS;
 - 5.1.4 Cooperar com a SUCESSORA e/ou com a agência reguladora competente para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
 - 5.1.5 Permitir o acompanhamento da operação das LINHAS e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela SUCESSORA;
 - 5.1.6 Adotar as medidas necessárias para transferência de titularidade das LICENÇAS AMBIENTAIS e das demais obrigações ambientais da CONCESSIONÁRIA;
 - 5.1.7 Promover o treinamento de empregados da SUCESSORA relativamente à operação das LINHAS;
 - 5.1.8 Colaborar com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos no processo de transição;
 - 5.1.9 Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela SUCESSORA;
 - 5.1.10 Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da SUCESSORA, nesse período;
 - 5.1.11 Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 5.1.12 Interagir com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação das LINHAS, permitindo que a SUCESSORA, nos últimos 3 (três) meses anteriores ao FIM DO PRAZO DA CONCESSÃO, aloque seu pessoal no acompanhamento da operação das LINHAS a fim de que se familiarizem com o objeto da CONCESSÃO.
- 5.1.13 Colaborar das demais formas indicadas pelo PODER CONCEDENTE.